

RCD no HABEAS CORPUS Nº 473.945 - SP (2018/0269407-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
REQUERENTE : **CAROLINA RIGOLI ROSSI E OUTROS**
ADVOGADOS : **MARIA FERNANDA MORETTO - SP288353**
RAQUELINE TALITA ALBERTO PEREIRA LOZANO -
SP317223
REQUERIDO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **ALESSANDRA SCRIBONE DE SOUZA FRARE**

DECISÃO

Por meio da petição 5451/2019, protocolizada em 11/1/2019, as impetrantes requerem a reconsideração da decisão de e-STJ fls. 108/110, que não conheceu do *habeas corpus*, cujo trânsito em julgado ocorreu em 17/12/2018 (e-STJ fl. 114).

Alegam, para tanto, que "*foi novamente requerido o reexame da matéria pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*" (e-STJ fl. 120) e que a Corte local "*não apreciou a matéria ventilada no presente writ, por incompatibilidade no procedimento de revisão de matéria do próprio Tribunal, de uma de suas Câmaras, determinando seja tal impetração diretamente ao Tribunal Superior, que foi justamente o realizado pelas impetrantes*" (e-STJ fl. 121).

Requerem a reconsideração da decisão a fim de que a paciente possa cumprir prisão domiciliar, ou que lhe seja concedida a liberdade provisória, com medidas cautelares diversas da prisão. Pugnam, ainda, pela "*celeridade para julgamento, reconhecendo, desde logo, que a matéria (liberdade) tem sido obstada de chegar a esta Corte, em conjunto com a clara desproporcionalidade do cárcere aplicado, seja concedido o Livramento Condicional, por estar há meses de fazer jus ao benefício, ou aplicada medidas cautelares pessoais diversas da prisão*" (e-STJ fl. 121).

É o relatório.

Decido.

Observo que, ao impetrar o presente *writ*, a defesa acostou aos autos acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da

Apelação n. 0004380-39.2016.8.26.0347. Nessa oportunidade, junto ao pedido de reconsideração, as impetrantes anexaram decisão exarada pelo Tribunal de origem, em 6/12/2018, nos autos do HC n. 2261211-92.2018.8.26.0000, com o seguinte teor (e-STJ fls. 125/126):

O presente habeas corpus não apresenta condições de admissibilidade.

Isto porque, o artigo 37, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não mais prevê a competência do Grupo de Câmaras para conhecer de habeas corpus interposto contra decisão de uma das Câmaras julgadoras.

Nem há, no mesmo regimento interno, previsão de competência de outro órgão interno do Tribunal de Justiça para conhecimento do habeas corpus oposto contra v. acórdão proferido por uma das Câmaras Criminais.

Inexiste, assim, previsão regimental para que o Tribunal de Justiça, por seus diversos órgãos, reveja decisão de uma das suas Câmaras Criminais, cabendo, tão somente, recursos ou ações autônomas de impugnação junto aos Tribunais Superiores.

Da mesma forma, devendo ser o habeas corpus dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e havendo impossibilidade de remessa destes autos ao aludido Sodalício, por absoluta incompatibilidade do sistema informatizado, imperativa a repetição da impetração, mas diretamente ao Tribunal Superior.

Ante o exposto, indefiro o processamento, determinando o cancelamento do registro do presente habeas corpus.

Assim, verifico a inexistência de razões aptas para a reforma da decisão impugnada.

De fato, há óbice processual ao conhecimento da presente impetração, tendo em vista que, conforme a documentação juntada aos autos, as instâncias ordinárias, em momento algum, se pronunciaram sobre a matéria agitada pela defesa perante esta Corte Superior, o que impede a sua apreciação, de forma originária, por este Sodalício.

Com efeito, o conhecimento do *habeas corpus* por esta Corte Superior, sem o pronunciamento do Tribunal *a quo*, traduz supressão de instância e, via de consequência, violação às regras definidoras da competência dos tribunais superiores, estabelecidas na Constituição Federal.

Perfilhando esse entendimento, destaco os seguintes precedentes da Sexta Turma:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E DE USO RESTRITO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL. TESE NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. LITISPENDÊNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. NÃO VERIFICADA. PRISÃO PREVENTIVA. QUADRILHA ESPECIALIZADA EM ROUBO A CAIXA ELETRÔNICO. GRAVIDADE DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO. INSUFICIÊNCIA À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva.

2. Inviável o conhecimento originário por este Superior Tribunal de Justiça de tese não analisada pelo Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

7. Recurso em habeas corpus improvido. (RHC 96.475/PI, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 24/09/2018, grifei.)

PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 121, CAPUT, C.C. ART. 14, II, DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. COGNIÇÃO. INVIABILIDADE. TEMA NÃO SUSCITADO/ENFRENTADO PELA CORTE DE ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO. REDUÇÃO DA PENA PELA TENTATIVA. ITER CRIMINIS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. PENA SUPERIOR A 4 ANOS DE RECLUSÃO. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. PENA DEFINITIVA SUPERIOR A 4 ANOS. REGIME INICIAL ABERTO. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO EM PARTE, NO MAIS, ORDEM DENEGADA.

1. Não é possível a esta Corte debruçar-se sobre tema não enfrentado pela Corte local, sob o risco de supressão de instância. Na hipótese, a questão relativa à atenuante da confissão espontânea não foi suscitada e, por conseguinte, enfrentada pelo Tribunal a quo.

[...]

4. Habeas corpus não conhecido em parte, no mais, ordem denegada. (HC 389.886/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 30/03/2017, DJe 07/04/2017, grifei.)

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO E FALSIDADE IDEOLÓGICA. SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. ALEGADA NULIDADE PELA NÃO APRECIACÃO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA NÃO SUSCITADA PELA DEFESA NAS RAZÕES RECURSAIS. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte.

3. Habeas corpus não conhecido. (HC 331.395/SC, relator Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 05/03/2018, grifei)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. INTERROGATÓRIO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO RITO PRÓPRIO NA LEI 11.343/06 E AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ATENUANTE. CONFISSÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVANTE. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. AUMENTO NA FRAÇÃO DE 1/5 DA PENA-BASE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

- Da leitura atenta do acórdão, verifica-se que a tese da atenuante da confissão espontânea não foi enfrentada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, o que impede seu conhecimento por parte do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

[...]

Habeas corpus não conhecido. (HC 348.744/SP, relator Ministro ERICSON MARANHO, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJSP, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/03/2016, grifei.)

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. WRIT SUBSTITUTIVO. PENA-BASE. CONCURSO DE AGENTES. VALORAÇÃO NA PRIMEIRA FASE. POSSIBILIDADE. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REGIME INICIAL FECHADO.

LEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

4. Não há como conhecer do writ em relação à aventada nulidade decorrente do não reconhecimento da confissão espontânea, pois o tema não foi objeto de exame pelo Tribunal apontado como coator, pois nem sequer fora suscitada nas razões de apelação. A análise da matéria por esta Corte Superior implicaria, pois, indevida supressão de instância.

[...]

6. Habeas corpus não conhecido. (HC 312.443/MS, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2015, DJe 27/10/2015, grifei.)

Nesse contexto, já certificado o trânsito em julgado (e-STJ fl. 114), nada há a despachar nos autos.

Ante o exposto, **indefiro o pedido formulado às e-STJ fls. 117/126.**

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator